

## PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

# FORMULÁRIO DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DO (A) APOSENTADO (A)

ITI	em 1 - identificação do <b>apo</b>	SENTADO (A):				
A)	Nome:		B)	Matrícula:		
C)	Situação(Servidor ou Juiz)	:	D)	Cargo exercid	0:	
ITI	EM 2 - DADOS PESSOAIS:					
E)	Estado Civil:	F) Sexo:	G)	Data de Nasci	mento: / /	
ITI	EM 3 - DADOS RESIDENCIAIS:					
H)	Endereço:			Bairro	:	
	Cidade:	UF:	CEP:			
I)	Telefone(s):					
_	E-mail pessoal:					
ITI	EM 4 - DOCUMENTOS:					
J)	RG: Dt. de	Expedição:	/ /	Órgão Exp:	UF:	
K)	Título Eleitoral n°:		Zona	:	Seção:	
	Município:		UF:	Dt de Expe	edição: / /	
L)	CPF n°.					
ITI	EM 5 - DADOS BANCÁRIOS:					
M)	Banco: Agência	:	N° Co	nta Bancária:		
ITI	EM 6 - REPRESENTANTE LEGAL:					
N)	Natureza:					
0)	Nome:		CPF	n°:		
P)	Validade da procuração:	/ /				
ITI	<b>EM 7 -</b> ALTERAÇÕES: Preenche	r, com letra	legível, so	mente quando h	ouver alguma alt	eração.
nos	s itens A, E, H, I, J, K,	L e M (para	os itens A	A, E, J, K e I	, anexar também	cópia
aut	tenticada do comprovante e	para o item	M anexar d	eclaração orig	inal de conta-co	rrente
ind	dividual emitida pelo banco	):				



# PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

#### **DECLARAÇÕES**

- 1 Declaro que a conta bancária registrada no anverso, por intermédio da qual percebo meus proventos, é de natureza individual, estando ciente de que o recebimento do referido benefício por meio de conta conjunta infringe o disposto no art. 10 da Lei  $n^{\circ}$  9.527/97.
- 2 Declaro por fim, serem verdadeiras as informações constantes do presente documento, comprometendo-me a comunicar ao Tribunal qualquer alteração ocorrida e apresentar documentos complementares solicitados pela Unidade de Gestão de Pessoas, bem assim que tenho conhecimento de que constitui crime, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante", com pena de "reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público".

LOCAL, DATA E ASSINATURA:	
	Assinatura do(a) APOSENTADO(A)
	ou do Representante Legal

OBS: <u>reconhecer firma em cartório</u>, por autenticidade, no caso do não comparecimento do beneficiário ou de seu representante legal (procurador ou curador) ao local designado pela Unidade de Gestão Pessoas

USO EXCLUSIVO DO(A) SEF	RVIDOR(A) PERANTE	O(A) QUAL SE DEU A	ATUALIZAÇÃO CADASTRAL
DECLARO, SOB AS PENAS DA	LEI, QUE O(A) APO	SENTADO(A) DISCRI	MINADO(A) NESTE FORMULÁRIO
ESTEVE EM MINHA PRESENÇA, N	ESTA DATA, APRESE	NTANDO O SEGUINTE	DOCUMENTO:
Identidade n°	Órgão Exp.	UF: OU Cart	eira Funcional n°
LOCAL, DATA, ASSINATURA E I	DENTIFICAÇÃO:		
		Assinatura do(a	) servidor(a)
Nome:			
Cargo:			
Lotação:			



## PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

#### TERMO DE RESPONSABILIDADE

(para ser preenchido e assinado pelo representante legal, se houver)

(nome do procurador)
nascido(a) em, portador(a) do CPF n°, (dt. nascimento procurador)
carteira de identidade n°, expedida em, expedida em
(NG do procurador)
, órgão expedidor, residente e
domiciliado(a) na
(endereço do procurador)
, bairro, (bairro do procurador)
cidade / , CEP , CEP , (CEP do procurador)
telefone, detentor da conta bancária n°, (conta do procurador)
Agência, do banco, na
qualidade de representante legal do(a) aposentado(a)/pensionista
perante a União, o compromisso de comunicar ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, onde é mantida a referida aposentadoria ou pensão, qualquer evento que venha cessar os efeitos da procuração anexa, principalmente o óbito do(a) representado(a), no prazo máximo de trinta dias a contar da ocorrência.
Comprometo-me, ainda, na forma da lei, a não perceber qualquer importância que vier a ser creditada pela União em favor do(a) beneficiário(a) da aposentadoria ou pensão, após a cessação dos efeitos da procuração.